

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO LUIS RAIMUNDO NOGUEIRA

TRIGO: NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR SOBRE O SETOR

**CURITIBA
2012**

JOÃO LUIS RAIMUNDO NOGUEIRA

TRIGO: NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR SOBRE O SETOR

Monografia apresentada como requisito para obtenção de título de agronegócio no curso de Pós Graduação em Agronegócio do Departamento de Economia Rural e Extensão, setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Eng. Agr. Mary Mieko Tateiwa Suguiy.

**CURITIBA
2012**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	8
2.1 O Trigo e seu Histórico	8
2.2 Políticas Agrícolas para Produção do Trigo	9
2.3 Importância de Políticas para o Abastecimento e Segurança Alimentar ...	11
2.4 Capacidade Produtiva do Trigo no Paraná	13
3 METODOLOGIA	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5 CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sinopse de sequências de culturas: soja-trigo no Paraná.....	13
Tabela 2 – Trigo: Brasil - Balanço de Oferta e Demanda no Brasil.....	15

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução da cotação do trigo entre agosto de 2009 a 2010.	14
Figura 2 – Evolução da cotação do trigo entre setembro de 2010 fevereiro 2011 ...	15
Figura 3 – Área plantada de soja e trigo (85/86-09/10)	17
Figura 4 – Produção de soja e trigo (85/86-09/10)	18
Figura 5 – Evolução da área, consumo, produção e rendimento da produção de trigo no Brasil de 1989 a 2008.....	19

RESUMO

A cadeia produtiva do trigo no Brasil deve estruturar-se e articular-se a partir do consumidor no sentido de aumentar a competitividade, e buscar mecanismos que induzam ao aumento da área cultivada. Deve-se incentivar a adoção de tecnologias e adotar um modelo de profissionalização da agricultura brasileira com eficiência técnica e econômica. O estudo teve como objetivo apresentar dados das políticas para produção do trigo e a importância dessas para o abastecimento e segurança alimentar da população e pesquisar sobre a capacidade produtiva com base no histórico do Paraná, Brasil. O método utilizado foi pesquisa exploratória com coleta de dados secundários. Concluiu-se o trigo é um cereal de fundamental importância para o abastecimento alimentar e a agroindústria deve operar em favor do trigo nacional, isso porque a importação é o grande gargalo da cadeia tritícola brasileira, pois ela não funciona na prática como uma verdadeira cadeia produtiva. Os triticultores com maior acesso às tecnologias produzem o trigo de qualidade, mas consideram que os motivos que levam à redução do plantio são prazos favoráveis na importação, desmotivação à pesquisa. É necessário implementar uma política agrícola para que o Brasil não importe o cereal ao ponto que comprometa a liquidez, fato que caracteriza deslealdade comercial.

Palavras-chave: Importação, Política agrícola, Cereal, Agricultura.

1 INTRODUÇÃO

O assunto a ser delimitado é sobre a cultura do trigo, um cereal que tem uma importância significativa na alimentação da humanidade. Os registros da origem desta cultura datam de antes de Cristo. Com o passar dos anos, a tecnologia de produção deste cereal disseminou-se pelo mundo, e o Rio Grande do Sul foi o Estado pioneiro na produção de trigo em escala comercial e industrial.

Devido os fortes subsídios governamentais, a produção do cereal se expandiu para o oeste de Santa Catarina, Paraná, e outras regiões do Centro-Oeste brasileiro; mesmo com esse avanço tecnológico o Brasil nunca conseguiu a auto-suficiência em relação a este cereal. Por outro lado a Argentina se firmou como um importante fornecedor de trigo para o País. No ano de 1820 o Brasil passou a ser importador do cereal e da farinha de trigo, da Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá. A partir dos anos de 1950, o crédito fácil, a juros favorecidos, e a garantia de preço estável tiveram importante papel na expansão da triticultura no Paraná, Estado que apresenta a maior produção e os mais altos rendimentos (BRUM; HECK, 2005).

O maior problema estava na comercialização, uma vez que o trigo estrangeiro, além de ser de melhor qualidade, era mais barato, o que deu origem aos abusos conhecidos como “trigo-papel”, expediente utilizado pelos moinhos e outros interessados, com o objetivo de burlar as normas legais vigentes sobre o assunto e aumentar substancialmente os seus ganhos. Para sanar essas situações problemáticas, a partir de 1962 o governo instituiu a estatização da comercialização do trigo, determinando o Banco do Brasil como o único comprador do cereal no país.

Na Região Oeste do Estado do Paraná, principalmente na região de Toledo, que inclui vinte municípios que estão sobre a jurisdição do núcleo regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), nota-se que houve pouca evolução nos últimos anos, ou seja, teve uma queda na produção entre os anos de 2005 e 2010.

Diante disso, muitos são os debates e questionamentos realizados em Seminário ou em Sindicatos e Cooperativas em que os produtores recebem instrução para buscar uma política que defenda seus direitos quanto à insatisfação dos governantes no amparo aos produtores rurais, o que depende de uma política definida para o setor da cadeia produtiva agroindustrial de cereais.

A problemática levantada para desenvolver esse estudo tem como eixo central a questão da falta de políticas para viabilidade e produção do trigo em nível nacional. Verifica-se que muitas são as reclamações dos produtores, fato que tem ocasionado à movimentação de vários órgãos que trabalham com a expectativa de safras agrícolas.

Optou-se em estudar o assunto devido o trigo ser considerado como o produto de primeira necessidade para a alimentação dos seres vivos, uma vez que a sua industrialização abastece o mercado consumidor e também é transformado em alimentação para animais que atendem as demandas da cadeia alimentar humana.

Nos anos de 1990 o Estado do Paraná, foi considerado como segundo produtor de trigo, com maior quantidade do cereal, e mesmo com o aumento do rendimento, a produção de trigo apresenta um comportamento muito instável devido à forte influência do clima sobre a cultura e as constantes altas e baixas da área plantada. A produtividade foi a maior responsável pelo aumento da produção mundial e nacional nas últimas décadas. Portanto, o trigo é um produto considerado estratégico para os interesses do país, pois sua falta não pode ocorrer, é extremamente ligado a dieta dos brasileiros.

No Brasil, as políticas da economia têm como principal compromisso o regime de metas de inflação e o consumo de mais da metade dos derivados do trigo e do cereal no Brasil depende de importação. Diante disso, é de fundamental importância a implementação de planos com estratégias e estudos que possam colaborar para a criação de políticas para o setor agrícola, oferecendo recursos para produção em nível nacional. No ano de 2009 a oferta total de trigo foi composta por 48% de trigo importado e 52% de trigo nacional.

O fato da cadeia produtiva do trigo ter uma grande importância econômica, gerando empregos tanto no campo como nos centros urbanos, promovendo o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo, deve receber uma atenção especial dos pesquisadores.

O estudo teve como objetivo apresentar dados das políticas para produção do trigo e a importância dessas para o abastecimento e segurança alimentar da população. Pretende-se ainda pesquisar sobre a capacidade produtiva com base no histórico do Paraná. Apresentar dados sobre a capacidade competitiva do produtor da Região de Toledo perante produtores de outros países que são fornecedores do produto para o Brasil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O Trigo e seu Histórico

O cultivo do trigo no Brasil se deu após o descobrimento, no ano de 1534, na Capitania de São Vicente. Com o avanço da colonização, rapidamente o cultivo do cereal passou a ocorrer em todo o país. O trigo desenvolveu-se no Rio Grande do Sul e, em menor escala em outros estados, “na segunda metade do Século XVIII, tiveram início às exportações, que em 1816 totalizaram 8.000 toneladas. No século XIX, a ferrugem dizimou os trigais brasileiros, praticamente extinguindo a produção” (MAGGIAN; FELIPE, 2009, p.3).

As áreas agrícolas do Paraná com plantio do trigo foram atingidas por intempéries, marcados nos anos entre 1962 e 1979, em virtude do aumento do cereal produzido no Rio Grande do Sul, isso em função do aumento da área plantada e não pelo aumento da produtividade. “Melhores terras e mesmo clima mais favorável, geralmente responderam melhor à produção de trigo no Estado do Paraná do que no Estado do Rio Grande do Sul. Os melhores resultados na produtividade podem ser observados a partir de 1984” (BRUM; HECK, 2005, p.12).

O cultivo ocorre amplamente em todo o mundo, em diversas geografias e climas. A época de plantio e colheita se difere para cada hemisfério, podendo ter trigo de primavera e inverno. Em sua história, a produção do cereal no mundo tem como destino principal o consumo humano e o preparo de ração animal (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

O caso da produção de 2003, que foi comercializada abaixo do valor oficial do governo, incentivou os produtores a exportarem trigo, fato que havia ocorrido pela última vez somente em 1820. Em relação ao preço o produtor paranaense, se defronta com dois fatores: 1) o Paraná colhe mais cedo (setembro), entrando no mercado no momento em que não há muito trigo disponível; 2) o produto paranaense alcança uma qualidade superior ao trigo devido ao solo (BRUM; HECK, 2005, p.13).

O trigo é essencial na dieta por concentrar elevado valor energético, sendo rico em carboidratos e proteínas. Devido à sua importância para a alimentação humana é chamado de o mais nobre dos cereais (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

2.2 Políticas Agrícolas para Produção do Trigo

O descaso com os produtores de trigo é recorrente. Produtores e cooperativas enfrentam problemas para receber do governo Federal. Essa situação deriva de falta de política agrícola, principalmente envolvendo o mercado que paga melhores preços para o milho, fator que motiva aos produtores responderem a uma redução de área do cereal (BRUM; HECK, 2005, p.12).

A cultura do trigo já ocupou posição de destaque na agricultura brasileira; mas tem se defrontado com problemas fitossanitários, de políticas públicas e de coordenação da cadeia que desmotivou os agricultores, o que conduziu ao decréscimo gradual do cultivo de trigo e aumento da dependência externa do cereal a partir da década de 1990 (ROSSI; NEVES, 2004).

Dentre as causas da redução da produção destacam-se os gastos, sendo que as maiores oscilações, encontram-se nos fatores máquinas e implementos, insumos modernos e financiamento, e baixo preço na venda do cereal.

A partir de 1991, quando se consolidou o Mercosul como área de livre comércio, eliminaram-se as barreiras tarifárias entre os países membros e acabou-se com o subsídio à produção agrícola por parte do governo, dificultando o acesso ao crédito. Os gastos, que chegavam aproximadamente a 55% do total das despesas nessa rubrica, no final da década de 1980, em 2003 não passaram de 5%. O custo do dinheiro, associado às incertezas da cultura, levou os produtores a optarem pelo cultivo de suas lavouras com recursos próprios (BRUM; HECK, 2005, p.13).

Com as mudanças institucionais ocorreram alterações no ambiente regulatório e competitivo da cadeia produtiva. “A desregulamentação e a abertura econômica reduziram o controle estatal e permitiram que atores internacionais entrassem no mercado brasileiro de trigo” (PEROSA; PAULILLO, 2009, p. 85).

O Brasil ainda não conseguiu produzir trigo mais competitivo o suficiente para impedir o predomínio do produto argentino, sobretudo após a consolidação do Mercosul. Além disso, por questões de solo, clima e custos de produção elevados, a produção brasileira encontra dificuldades para avançar além do que se conseguiu, ou seja, cerca de 50% das necessidades de consumo nacional. A elevação dos custos de produção internos, diante de uma produção argentina bem mais barata, praticamente tem eliminado a possibilidade de produção de trigo com tecnologia mais avançada junto ao grande número de produtores, em especial aqueles com menor área semeada (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

Outro marco importante entre as políticas de trigo no Brasil se deu em 1965 que mostrou a crescente preocupação do governo com o complexo tritícola brasileiro, sendo que foram implantadas as seguintes medidas:

A coordenação da política de comercialização do trigo nacional; a promoção, via CACEX, da importação do trigo estrangeiro; a elaboração de estudos para fixação dos preços de venda do trigo e de seus derivados e sucedâneos; a fixação de cotas de trigo aos moinhos em função de demanda de cada região; o levantamento da capacidade moageira; e a definição dos limites de extração de farinhas de trigo em grão e da percentagem das misturas (PEROSA; PAULILLO, 2009, p. 89).

Com a criação dessas políticas o governo teve como controlar o setor tritícola nacional. Além disso, houve a aprovação do Decreto-Lei n. 210, em 1967, onde o governo além de efetivar, amplia a ação das medidas e órgãos criados. Esse aparato era formado primeiramente pelo DTRIG e a SUNAB, tendo como objetivos:

a) priorizar trigo nacional; b) regular a comercialização reforçando o poder monopolista do governo no mercado de trigo nacional e importado; c) garantir o abastecimento ao mercado; d) aumentar a capacidade de armazenamento nos moinhos; e) impedir a expansão da capacidade de moagem do País; e f) permitir desmembramentos, incorporações e transferências de moinhos apenas com a autorização da SUNAB (PEROSA; PAULILLO, 2009, p. 89).

Diante disso, o Governo do Paraná tem se empenhado em medidas que favoreçam o produtor. Nessas medidas foi implantado o Programa de Subvenção ao Premio de seguro Rural para o trigo que está sendo desenvolvido. Além disso, “a Lei estadual 16.166 de 2009, juntamente com a subvenção, cabe ao produtor 15% de custo efetivo, e por parte do governo estadual ficam garantidos mais 15%, sendo o governo federal responsável por 70% dos custos” (ORTIGARA, 2011, p. 6).

Portanto, o programa de subvenção ao premio de seguro rural foi criado para redução de custos de produção e para aumentar a renda do produtor; bem como ampliar a tecnologia na lavoura e elevar a qualidade do trigo produzido no Paraná.

Atualmente, o trigo está sendo valorizado graças aos baixos estoques mundiais e os preços internos estão acima dos valores médios recebidos pelos produtores nos últimos anos. Os estoques mundiais estão no menor patamar das últimas décadas e as cotações tendem a permanecer aquecidas. Além disso, no mercado interno a desvalorização do dólar teve reflexo negativo nos preços recebidos pelos produtores, e os insumos tiveram alta expressiva onerando o custo de produção (PARANÁ, 2008).

2.3 Importância de Políticas para o Abastecimento e Segurança Alimentar

No Brasil, o abastecimento alimentar apresenta elementos paradoxais e preocupantes. Por um lado percebe-se o sucesso econômico do agronegócio, que classifica o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores mundiais; em contrapartida enfrenta dramas da pobreza e insegurança alimentar (CONAB, 2009).

Visando superar as dificuldades no abastecimento decorrentes da reduzida produção doméstica e problemas com a importação, criou-se o decreto 6.170 em 1944 criando o Serviço de Extensão do Trigo (SET) no Ministério da Agricultura. Essa política do trigo tomou a estrutura e permaneceu até 1990 (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

O abastecimento alimentar constitui um sistema inter-relacionado e interdependente composto por um conjunto de agentes privados e organizações públicas e por uma intrincada articulação entre mercados locais, regionais e nacionais e internacionais (CONAB, 2009, p. 111).

Na regulamentação exercida sobre a cadeia produtiva do trigo no Brasil, existe muita rigidez, havendo o controle do desenvolvimento, a expansão e as formas de exploração direcionadas pelo Governo (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

O fim da regulamentação no setor industrial moageiro ocorreu em 1990, durante o Governo Collor, com a Lei 8.096 que extinguiu o Departamento de Trigo (DTRIG) que pertencia a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) – órgão público que fiscalizava o setor, controlando os preços do trigo em grão e da farinha - abrindo o setor para competir no mercado (ROSSI; NEVES, 2004, p. 4).

Nesse entendimento, sabe-se que qualquer governo reconhece a importância do trigo para a segurança alimentar, o que leva à constantes interferências neste mercado, tendo como objetivo garantir o abastecimento. Ainda, sabe-se que a falta de trigo em um determinado mercado contribui para resultados negativos nas contas externas, bem como, para o aumento da inflação (GARCIA; NEVES, 2001).

Os níveis de concentração econômica vigentes no setor agroalimentar trazem consigo importantes desdobramentos; inclui modelos técnicos produtivos, situando-se em padrões de consumo de alimentos. Essa renda se materializa numa cesta de consumo em que o custo, composição e qualidade dos bens que a integram são definidos em grande medida, pelos agentes econômicos, privados com capacidade de controle sobre as formas em que os alimentos são produzidos (CONAB, 2009, p. 111).

Ao desenvolver ações em vários setores de atividade, a atuação do estado em questão ao abastecimento, mobiliza e assenta instrumentos estabelecidos na legislação. Assim, tanto o papel do estado como a participação da sociedade nas questões relacionadas ao abastecimento, rompe com as falsas oposições que buscam contrapor estado, mercado, e sociedade civil. Conforme Conab (2009, p. 113), os segmentos sociais a serem priorizados destacam “as populações pobres das regiões metropolitanas, os residentes em áreas urbanas e rurais, economicamente deprimidas, os assentados de reforma agrária e os povos e comunidades situados em diversas regiões brasileiras”.

Ainda segundo Conab (2009), os acordos internacionais em particular o agrícola em âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), participam na determinação das possibilidades da PNAA (Política Nacional de Abastecimento Alimentar). Portanto, envolve tanto os acordos multilaterais quanto os bilaterais, manutenção do tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento e das disposições que assegurem flexibilidade para suas políticas de SAN (Segurança Alimentar Nutricional), e de desenvolvimento rural.

O principal fator de perda de competitividade do trigo está relacionado aos principais competidores mundiais, que além de apresentarem uniformidade nas entregas oferecem maior variedade do cereal. Com isso, os principais importadores do cereal argentino é a América do Sul (MERCOSUL). “O caminho para a abertura de novas fronteiras e melhorar a competitividade é aumentar as variedades de trigo. Para isso, há grandes mudanças a serem feitas na cadeia do trigo e na atual política trigueira” (MAGGIAN; FELIPE, 2009, p. 4).

O Brasil deveria ter como meta garantir no mínimo 60% da demanda interna de trigo; uma vez que existem compromissos a serem cumpridos no âmbito do Mercosul. Principalmente por ter conhecimento de que o governo argentino é o principal fornecedor de trigo em grão e farinha. Diante disso, é de fundamental importância tomar medidas; o que não depende de gastos por parte do governo, conforme menciona Micheletto (2011, p.12), seriam:

- Não permitir a entrada de trigo estrangeiro no Brasil, na época de colheita e comercialização de safra nacional;
- Manter maior controle sobre as negociações com os países do Mercosul;
- Manter alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC), do trigo para países não membros do Mercosul em 35%;
- Estruturar uma política plurianual para gerar mais empregos e renda para as culturas de inverno.

Portanto, a sociedade como um todo precisa conhecer melhor a situação enfrentada atualmente pela triticultura brasileira e o cenário de insegurança vivido pelo setor quanto à instabilidade de sua renda e prejuízos causados na sua atividade. Ainda verifica-se que as normas da política de garantia de preços não são cumpridas, e “transparece a pequena importância da cultura de inverno por parte do Governo; mesmo que o trigo é um produto de segurança nacional no contexto do abastecimento interno de alimentos” (MICHELETTO, 2011, p.13).

Em resumo, a cultura do trigo precisa um plano que ofereça segurança alimentar, sendo que o País encontra-se submetido a perdas, assim, é de fundamental urgência a implementação de uma política com objetivo de recuperar renda e emprego no período de inverno, oportunizando rentabilidade para produção e produtividade do trigo no Brasil.

2.4 Capacidade Produtiva do Trigo no Paraná

De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), em 2008 o custo total para a implantação da lavoura de trigo com plantio direto no estado do Paraná ficou em US\$ 527,55/ha (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

Nesse processo, para obtenção de eficiência da capacidade produtiva do solo, dentre as tecnologias adotadas tem-se a rotação de cultura que consiste em alterar as espécies vegetais numa mesma área agrícola. O planejamento de rotação é destinado à cobertura do solo que produzem grandes quantidades de biomassa, cultivadas em condição solteira ou em consórcio com culturas comerciais. No caso, os restos da cultura de trigo, oferece capacidade de alta quantidade de biomassa. No Paraná, as seqüências de culturas indicadas para anteceder ou suceder a cultura principal na composição de sistema de rotação é o trigo e soja (EMBRAPA, 2011).

Tabela 1 – Sinopse de seqüências de culturas: soja-trigo no Paraná.

Aveia preta	Soja, nabo, forrageiro, aveia preta, aveia branca, milho, girassol safrinha, canola, cevada.	Trigo	Soja, cevada, canola, girassol, aveia branca, aveia preta, milho.	Sem restrição
Aveia preta	Soja, trigo, aveia branca, aveia preta, nabo, forrageiro.	Cevada	Soja, aveia preta, aveia branca.	Milho e trigo

Fonte: EMBRAPA. (<http://www.cnpso.embrapa.br/producaosojaPR/rotacao.htm>.2011).

Na safra nacional 2010, a cultura do trigo obteve um excelente desempenho, atingindo uma produtividade média de 2.736 kg/ha (CONAB, 2011). Isso possibilitou uma produção estimada em 5,9 milhões de toneladas, impulsionada por seus maiores produtores, os estados do Paraná (3,3 milhões de toneladas) e do Rio Grande do Sul (2,0 milhões de toneladas). Entretanto, a safra mundial anterior (2009/10) foi marcada por um significativo volume de produção e alto nível de estoques, que tiveram impacto negativo para as cotações da *commodity* no início da safra mundial 2010/11. “No estado do Paraná, os preços da saca de 60 kg do trigo recuaram 14,64% no período entre agosto de 2009 e agosto de 2010” (HIRAKURI, 2011, p.1).

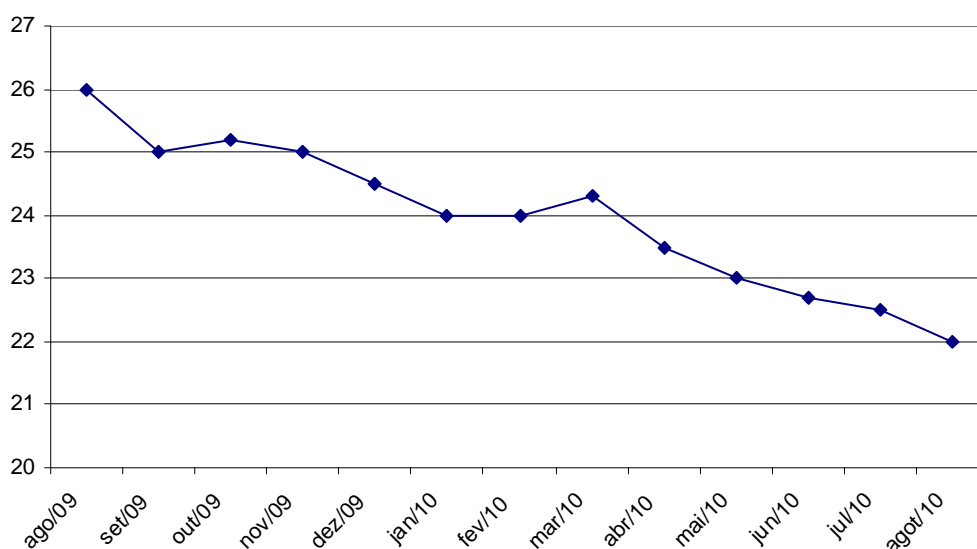


Figura 1 – Evolução da cotação do trigo entre agosto de 2009 a 2010.
Fonte: SEAB, 2011, citado por (HIRAKURI, 2011).

De acordo com a estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), referente a fevereiro de 2011, a produção da safra atual alcançou 645,4 milhões de toneladas ante um consumo de 662,7 milhões de toneladas, o que gerou uma significativa redução dos estoques mundiais. Nesse âmbito, o mercado mundial do grão assistiu a uma recuperação nas suas cotações no final da safra atual (2010/11). “No estado do Paraná, as cotações da *commodity* tiveram um salto de 11,5% de agosto para setembro de 2010, além de avançarem 1,86% entre setembro de 2010 e fevereiro de 2011” (Figura 2); (HIRAKURI, 2011, p.2).

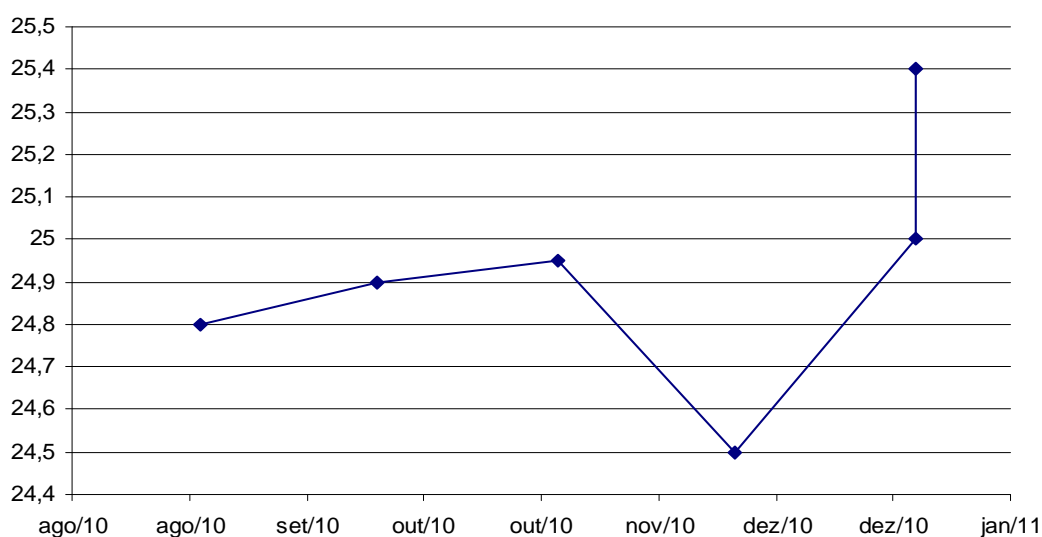


Figura 2 – Evolução da cotação do trigo entre setembro de 2010 e fevereiro de 2011

Fonte: SEAB, 2011, citado por (HIRAKURI, 2011).

Tendo conhecimento da instabilidade e incerteza do mercado de *commodities*, é de fundamental importância desenvolver planos de gestão eficiente do negócio agropecuário, tendo como objetivo diminuir custos e aumentar os níveis de produtividade. As estimativas dos custos e lucros de produção no Estado do Paraná, para safra 2011, se apresentam favoráveis com estimativas de R\$30,00, a saca de trigo, enquanto a avaliação desfavorável teve o valor de R\$26,00 a saca. Na safra de 2011, o governo do Paraná ofertou seguro rural de R\$2,8 milhões, que deverá beneficiar cerca de 1.000 agricultores com recursos de até R\$ 4.800,00 por beneficiário, independente da categoria do produtor (HIRAKURI, 2011).

O programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural foi criado para reduzir custos de produção e aumentar a renda do produtor para que tenha condições de aplicar mais tecnologia na lavoura e elevar a qualidade do trigo. Visa incorporar o seguro rural como estabilidade agropecuária. O Paraná é o maior produtor de trigo do País e este ano deverá colher 2,8 milhões de toneladas, que corresponde a 51,5% da produção nacional prevista para 2011 (ORTIGARA, 2011).

Tabela 2 – Trigo: Brasil - Balanço de Oferta e Demanda no Brasil

Safra/lens	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Estoque inicial	2,26	2,01	1,82	1,68	2,42
Produção	4,87	2,23	4,1	5,88	5,03
Importação	5,84	7,16	5,93	5,68	5,45
Consumo Total	10,18	9,57	0,42	10,46	10,67
Exportação	0,78	0,02	0,75	0,35	0,75
Estoque final	2,01	1,82	1,68	2,42	1,48

Fonte: CONAB, 2011.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com coleta de dados secundários. Com base nestes dados buscou-se analisar as políticas de produção de trigo em nível nacional, regional e local que é o caso do Paraná.

Desta forma, este trabalho pode ser caracterizado como pesquisa exploratória, que consiste em uma primeira etapa de uma investigação mais ampla, com o objetivo de proporcionar uma visão geral, acerca de determinado fato (CERVO; BERVIAN, 2002).

Pesquisas desta natureza têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias com vista à formulação de problemas mais preciosos, sem o objetivo de resolvê-los de imediato. Realizou-se um levantamento bibliográfico para coleta de dados secundários e argumentações que pudessem ajudar a alcançar os objetivos estabelecidos (GIL, 2000).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais países produtores de trigo são: China (17% do total), Índia (12%), Estados Unidos (10%), Rússia (9%), Austrália (3%), Paquistão (3%), Turquia (2%), Kazaquistão (2%) e Argentina (1%). Os principais exportadores são: Estados Unidos (27% do total), Austrália (16%), Canadá (17%), EU-27 (16%), Argentina (11%), Kazaquistão (4%) e outros países que totalizam 9% (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

A projeção de produção de trigo valorizou-se em 111,6 mil toneladas comparada à projeção de maio/2011. É esperado que o volume produzido no país chegue a 5,4296 milhões de toneladas. O equivalente a 51,42% da demanda nacional de trigo. A produção do Paraná foi reduzida 0,6% em junho, 2010 e em 2011, calcula-se 2,8362 milhões de toneladas (CONAB, 2011).

A figura 3 mostra dados sobre as áreas plantadas referentes ao Núcleo Regional da SEAB de Toledo, Estado do Paraná.

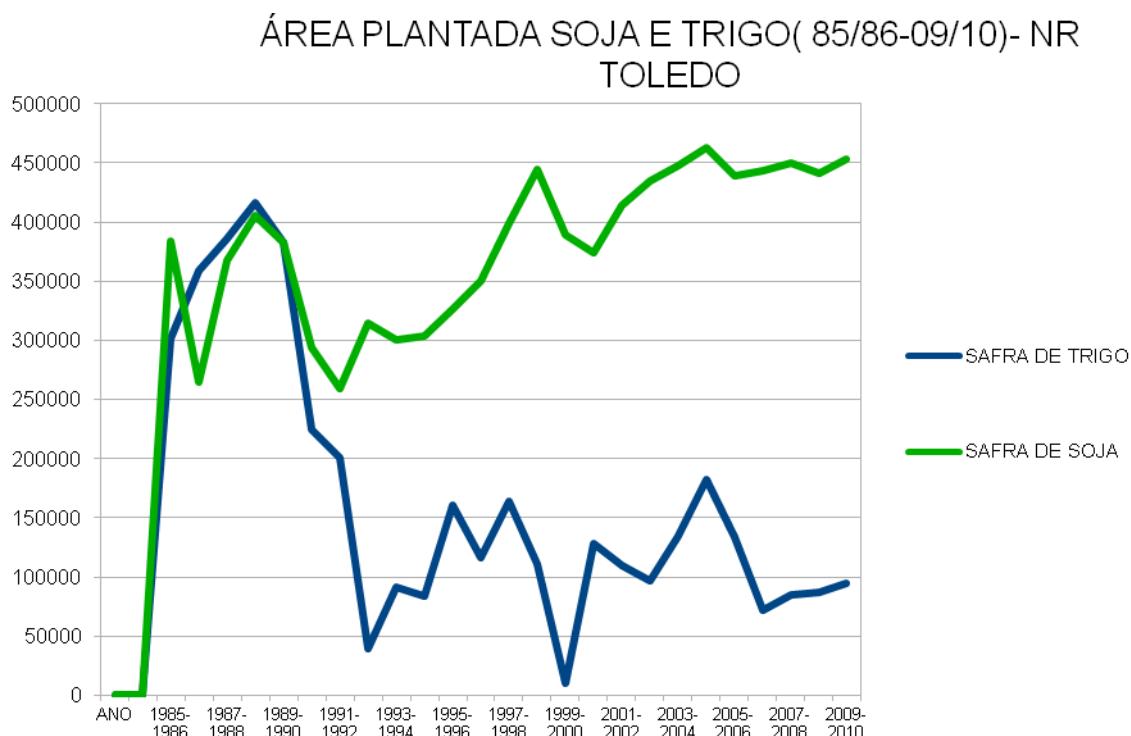


Figura 3 – Área plantada de soja e trigo (85/86-09/10)
Fonte: CONAB/SEAB, 2011.

A redução da área deve refletir em uma diminuição na produção do grão no Estado. A produção esperada para esta safra é 16% menor do que a do ano passado, passando de 3,44 milhões de toneladas para 2,88 milhões em 2010/2011. O plantio ainda é muito incipiente, mas os produtores estão mais estimulados a plantar milho por ter mais liquidez. Esse é o terceiro ano consecutivo de redução da área do trigo no Estado do Paraná. Assim, a redução pode não ser tão grande porque alguns produtores perderam o prazo do zoneamento para plantar milho safrinha - devido ao clima – e optaram pelo trigo (CONAB, 2011).

Segundo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) a área plantada com trigo no Paraná deve cair 11% em relação à safra 2010, recuando de 1,17 milhões de hectares em 2009/2010 para 1,04 milhões de hectares na safra 2011. A safra 2010 apresentou uma redução de 11% em relação à 2008/2009 (CONAB, 2011).

A figura 4, mostra dados da produção de trigo referentes as áreas cultivadas pertencentes ao núcleo regional da SEAB de Toledo, Paraná.

PRODUÇÃO SOJA E TRIGO (85/86- 09/10)- NR TOLEDO

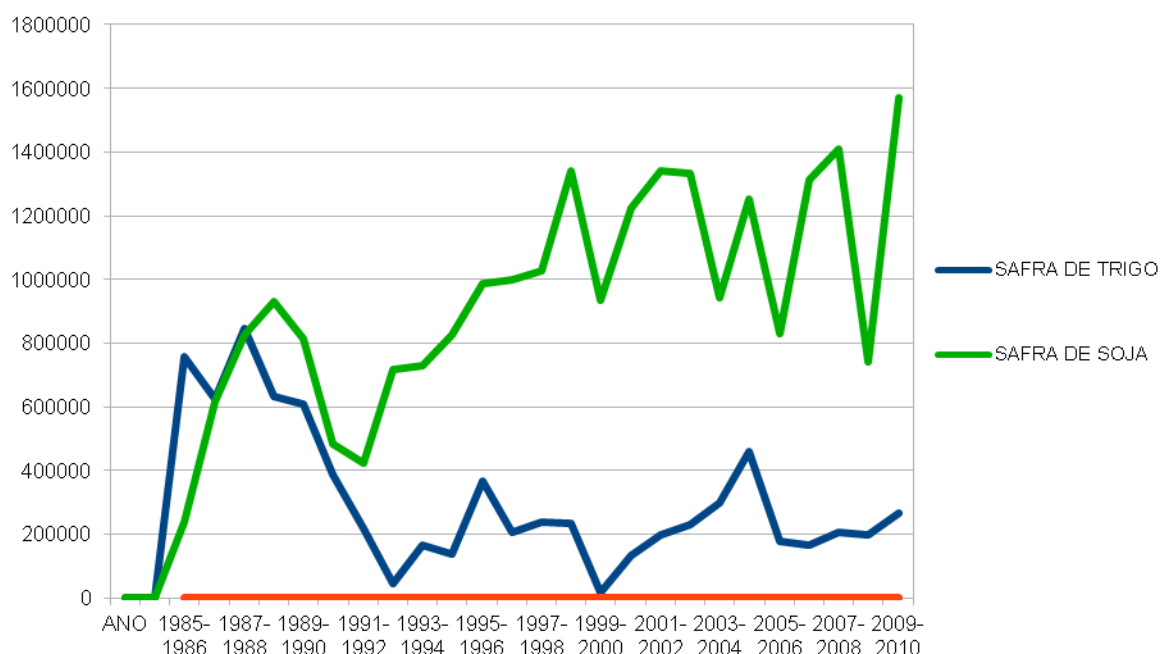


Figura 4 – Produção de soja e trigo (85/86-09/10)

Fonte: CONAB/SEAB, 2011.

De acordo com Associação Brasileira da Indústria de Trigo (ABITRIGO, 2009), a produção brasileira de trigo em 2008 totalizou 6,03 milhões de toneladas, com uma área colhida de 2,42 milhões de hectares e rendimento de 2,49 toneladas

por hectare. Em 2007, o cultivo do trigo ocorreu em nove estados brasileiros, contudo, 88,7% da produção nacional ocorreram no Paraná e no Rio Grande do Sul. Assim, mesmo que a produção de trigo superou 6,0 milhões de toneladas, ainda é insuficiente para atender a demanda de abastecimento alimentar.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), entre 1990 e 2008, o total de trigo importado pelo Brasil foi de 75,5 milhões de toneladas, equivalendo a um dispêndio US\$ 11,7 bilhões no período. Fato que evidencia que o Brasil depende em grande parte das importações do cereal, oriundas da Argentina (89,0% do total) (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

O maior comprador de trigo nacional foi a Conab, no entanto, entre 1995 e 1996, as cotações mundiais sofreram significativas altas devido ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda e a queda no nível dos estoques mundiais, equilibrando os preços internos e externos (CANZIANI et al., 2004).

Diante dessa problemática, a Conab deixou de ser a opção ao mercado de trigo brasileiro. Desde então, a área nacional vem oscilando, chegando aos maiores níveis em 2004, com 6,1 milhões de hectares plantados (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

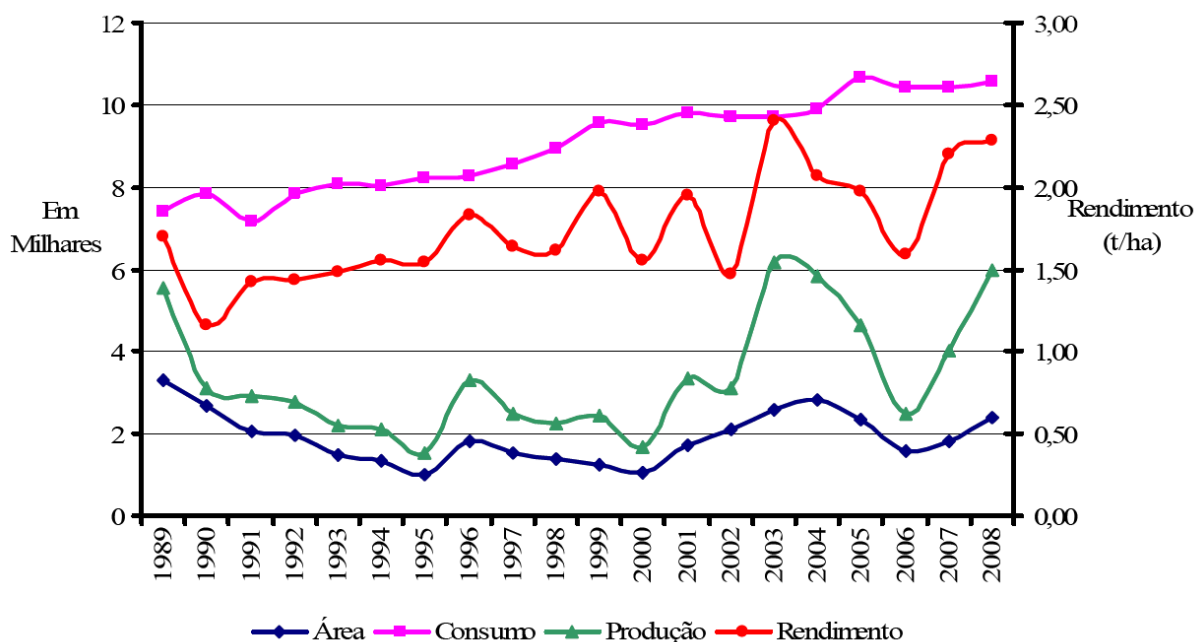


Figura 5 – Evolução da área, consumo, produção e rendimento da produção de trigo no Brasil de 1989 a 2008.

Fonte: SOBER, citado por (MAGGIAN; FELIPE, 2009)

No Brasil o cultivo do trigo foi adotado como uma opção de rotação às culturas de verão. Atualmente, além dos fatores externos que afetam a decisão do produtor em aumentar ou não a área de trigo, existe concorrência com o milho safrinha. Com relação ao plantio, no Paraná o avanço apresenta mais de 70% de áreas plantadas com trigo. As estimativas de área plantada indicam um valor maior de 2,0534 milhões de hectares segundo levantamento realizado; para atuais 2,0573 milhões de hectares. Segundo SEAB-PR, o estado do Paraná teve sua área rebaixada a 1,023 milhões de hectares (CONAB, 2011).

Na safra de 2010, o custo operacional médio para produção de trigo foi de R\$ 33,21 por saca, atingindo uma produtividade de 2,6 mil quilos por hectare. Em razão do baixo preço pago pelo produto em relação ao custo, muitos agricultores têm optado por outras culturas (CONAB, 2011).

Diante das decorrências foi realizado o lançamento do relatório “Perspectivas Agrícolas 2011-2020” que precedeu com reunião de Ministros de Agricultura G-20 (grupo do vinte países mais ricos), que foi realizada nos dias 22 e 23 de junho de 2011 na França; e trouxe à mesa de negociações um pacote de medidas que tentará, no médio a longos prazos, estimular o aumento da produção global e reduzir a volatilidade nos mercados de commodities agrícolas, que nos últimos anos elevaram índices inflacionários e provocaram protestos nas ruas de diversos países (NOGUEIRA, 2011, grifo meu).

A avaliação é que esta impressionante volatilidade, que já entrou em seu quinto ano consecutivo, vai perdurar, uma vez que os preços de muitas *commodities* básicas para a produção de alimentos deverão se manter em patamares mais elevados tanto em termos nominais como real, se comparados aos da década anterior (2001-2010). Neste cenário, a busca da auto-suficiência na produção, quando possível, deve sempre ser priorizada (idem).

A abordagem que o setor produtivo e o governo brasileiro faz da problemática que envolve o setor tritícola é equivocada se levarmos em conta o papel que o país tem como o maior fornecedor potencial de alimentos. Sendo assim, desenvolver ações, tendo como foco o consumidor, significa inclusive, produzir excedentes, (100%) como acontece com todos os países produtores. A visão é equivocada, pois olhando em perspectiva, nesse momento os investimentos já deviam estar acontecendo, não para produzir trigo suficiente para parte do consumo interno – todos os pleitos do setor produtivo são visando uma produção que atenda 60%

consumo interno-, mas para também atender as demandas externas 100% (NOGUEIRA, 2011, grifo meu).

Os triticultores estão dispostos a investir na safra do ano de 2012, tendo como meta atingir uma produção para diminuir a dependência externa, principalmente, no que diz respeito à qualidade do trigo que se equipara à do trigo importado. Com isso, o Brasil passa a não ter dependência da importação do trigo da Argentina, sendo o seu rival, pois com a política das exportações argentinas o Brasil perde o apoio das Políticas governamentais para aumentar sua produção; assim, tendo o seu fornecedor, com menos oportunidades de exportar o produto o Brasil ganha mais força para aumentar sua produção em 100%, conquistando ganhos na eficiência da produtividade.

Os ganhos dependem da Tarifa Externa Comum – TEC – que tem como intuito proteger o produtor brasileiro contra a concorrência exercida por países que subsidiam as exportações. Diante desses fatores foram realizadas solicitações para estabelecer uma tarifa compensatória em percentuais que neutralize as vantagens concedidas na origem de farinhas importadas da Argentina (CONAB, 2010).

Conforme determinação da Lei n.9432 de 8 de janeiro de 1997, a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem tem como objetivo agilizar a redução dos custos de transportes do trigo. Além disso, é necessário estabelecer uma alíquota unificada do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços e transportes Interestadual e Intermunicipal (CONAB, 2010).

5 CONCLUSÃO

Diante das características peculiares do trigo e sua importância diária na alimentação da população brasileira é fundamental que se atribua à triticultura nacional um tratamento diferenciado do que se costuma conceder a outros produtos agrícolas regidos pelas lei de mercado.

A motivação para dar continuidade ao plantio do trigo, é difícil devido aos baixos preços, e a concorrência de importação do cereal da Argentina, bem como a falta de apoio do governo federal e dos altos custos. O fator que está oportunizando o plantio é a rotação de culturas, uma vez que oferece vários benefícios ao solo e também cobertura de solo durante o inverno. Além disso, os resultados mostram que poucos foram os produtores que indicaram a esperança de obter uma boa safra para conseguir um complemento de renda no ano.

Na safra de 2011, houveram várias oportunidades de construir cenários mais reais relacionados ao balanço de oferta e demanda para a safra mundial 2011/12, isso mediante a divulgação das estimativas de produção de diversos países produtores, como o Brasil, que são imprescindíveis para a análise de mercado da *commodity* no curto prazo.

No que diz respeito aos produtores que aderiram por não realizar o plantio de trigo os motivos principais incluíram a falta de uma política oficial, apoiada em preços mínimos viáveis; e os baixos preços de mercado associados aos altos custos de produção.

Além disso, a comercialização do trigo entre as cooperativas e moinhos igualmente enfrenta dificuldades; e envolve problemas relacionados à instabilidade

do mercado, com baixa liquidez na medida em que os moinhos priorizam pouco a compra do trigo nacional. Esse fator resulta em uma baixa rentabilidade, pois os custos de estocagem e de frete penalizam em demasia as cooperativas, diante de preços baixos pagos aos produtores.

O Governo do Paraná defende a manutenção da Tarifa Externa Comum (TEC) para as importações de trigo de países fora do Mercosul. O objetivo é reforçar a posição do setor produtivo, sendo que o Paraná se destaca como maior produtor, e isso, poderá fazer com que se evite as importações de trigo sem controle, o que tem elevado os estoques das indústrias e prejudicou a comercialização da safra nacional de trigo.

Mesmo com a evidente falta de incentivo ao cultivo do trigo no Brasil, percebe-se uma clara evolução no rendimento das lavouras situadas na região de Toledo, ao contrário do que acontece com as lavouras de soja, deixando transparecer que o fator clima tem sido um problema maior para os sojicultores, evidenciado principalmente nas safras 2008/09 e 2011/12. Este fato deve ser considerado quando se analisa a propriedade rural, pois é uma alternativa, sobretudo, que implica em redução de custos e redução de riscos.

Os desafios de mudanças nas políticas da triticultura nacional têm como garantia de segurança alimentar as vantagens de produção em grande escala no período de inverno; possibilitando a redução do custo de produção da soja e quando cultivada após o plantio do trigo aumentar o percentual de competitividade internacional; que inclui o aumento da oferta de empregos em toda a cadeia produtiva e aumento da renda familiar rural, conquistando assim a fixação dos agricultores no campo; e como vantagem primordial oferecer garantia de fornecimento do trigo para a indústria, diminuindo a dependência de importação.

Considerando que a cadeia produtiva do trigo no Brasil deve articular-se e estruturar-se a partir do consumidor, concluímos que o segmento busque soluções nas políticas econômicas junto ao Governo Federal para que se torne exportador de primeiro mundo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TRIGO: **História do trigo no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/historia_do_trigo2b.asp>. Acesso em ago. 2011.

BRUM, A.L.; HECK, C.R. A economia do trigo no Rio Grande do Sul. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 29-44, jan./jul. 2005, p. 35.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Agricultura e abastecimento alimentar**: políticas públicas e mercado agrícola. Brasília: Conab, 2009.

_____. CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**: grãos, décimo levantamento, safra 2010/2011, jul. Brasília: Conab, 2011.

CANZIANI, J.R.; GUIMARÃES, V.D.A.; GUIMARÃES, F.; WATANABE, M. Cadeia produtiva do trigo. Universidade Federal do Paraná, 2004. Mineo.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). Relatório de custos de produção de trigo no Paraná e Rio Grande do Sul, 2009.

EMBRAPA. **Rotação de culturas**. Tecnologias de Produção de Soja Paraná, 2004, Sistema de Produção, n.1, 2011. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/producaosojaPR/rotacao.htm>. Acesso em: ago.2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: EMBRAPA TRIGO Disponível em: <<http://www.cnpt.embrapa.br>>. Acesso em fevereiro de 2009.

GARCIA, L.A.F.; NEVES, E.M. Medidas de concentração industrial da moagem de trigo no Brasil. In: III International Conference on Agri-food Chain/Networks Economics and Management, 2001, Ribeirão Preto. 2001. p. 90-90.

GIL, Antonio C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi. Avaliação econômica da produção de trigo no Estado do Paraná, para a safra 2011, **Circular técnica**, EMBRAPA, Londrina, PR, Março, 2011, ISSN 2176-2864.

MAGGIAN, Renata Cristina; FELIPE, Fábio Isaias. Aspectos da competitividade da cadeia tritícola no Brasil e na Argentina. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **SOBER, 47^a Congresso**. CEPEA - ESALQ/USP, PIRACICABA - SP - BRASIL. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

MICHELETTO, Moacir. **Trigo**: deixem o Brasil produzir. Câmara dos deputados. Centro de Documentação e informação: coordenação edições Câmara, Brasília, 2011.

ORTIGARA, Norberto. **Acordo garante subvenção ao seguro rural do trigo**. 6 jul. 2011. Disponível em: <http://www.revistanegociosdaregiao.com.br/.../acordo-garante>. Acesso em ago. 2011.

ORTIGARA, Norberto. **Paraná insiste na tentativa de viabilizar trigo**. Informativo Rural: Sindicato Rural de Toledo, edição 168, jul.Toledo/Paraná, 2011.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Análise da conjuntura agropecuária trigo e triticales: safra 2007/08. **Departamento de Economia Rural**. Curitiba: SEAB, 2008.

PEROSA, Bruno Benzaquem; PAULILLO, Luiz Fernando. Novas formas de coordenação setorial em cadeias agroindustriais após 1990: o caso dos elos tritícola e moageiro brasileiros. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 85-98, jan.-mar. 2009.

ROSSI, R.M.; NEVES, M.F (Orgs). **Estratégias para o trigo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

Siglas utilizadas

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAA: Política Nacional de Abastecimento Alimentar

SAN: Segurança Alimentar Nutricional

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN: Segurança Alimentar Nutricional